

PODER E LEGITIMIDADE *VERSUS* VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS CATEGORIAS POLÍTICAS ARENDTIANAS À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS DO SÉCULO XX

Francisco Jameli Oliveira Reinaldo*

Resumo: Arendt, pensadora pouco afeita a idealismos, baseou sua filosofia nas experiências concretas. Partindo desta suposição, propomos avaliar o conceito de poder no trabalho da autora da perspectiva das experiências políticas do século XX, para as quais o tema da violência assume ares de problema fundamental. Em *Da violência* (2004), Arendt refletiu sobre o potencial destrutivo da tripla articulação: poder-violência-técnica. Tomando esta obra como referência principal, nosso objetivo é refletir sobre o significado do poder, entendido como instância que confere legitimidade à política, estabelecendo a fronteira entre o poder e a violência-dominação.

Palavras-chave: Poder. Legitimidade. Violência. Arendt.

POWER AND LEGITIMACY VERSUS VIOLENCE: AN ANALYSIS OF ARENDTIAN POLITICAL CATEGORIES IN THE LIGHT OF XXTH CENTURY POLITICAL EXPERIENCES

Abstract: Arendt, a thinker not much fond of idealisms, has based her philosophy on concrete experiences. From this assumption, we propose to evaluate the concept of power in the author's work from the perspective of the political experiences in the twentieth century, to which the theme of violence takes on the fundamental problem. In *On Violence* (2004), Arendt reflected on the destructive potential in the triple articulation: power-violence-technique. Taking this work as the main reference, we aim to reflect on the meaning of power, which is understood as an instance that grants politics legitimacy, establishing the boundary between the power and the violence-domination.

Keywords: Power. Legitimacy. Violence. Arendt.

Introdução

Foi diante do cenário caótico do século passado que Arendt despertou para as principais inquietações políticas de seu tempo. De fato, não era possível, na condição de

* Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA (2016). Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2016-2018). Membro do Grupo de Estudos em Política Educação e Ética - GEPEDE. E-mail: dulittle@hotmail.com.

judia-alemã, permanecer indiferente aos eventos que transformaram o povo judeu no alvo principal das “fábricas de cadáveres” — foi como ela classificou os campos de concentração e extermínio da Alemanha nazista —, cujo objetivo primeiro era minar por completo a condição política para ela crucial, a saber, a pluralidade. O que fosse definido como diferente era visto como uma ameaça potencial ao regime. Qualquer consideração a respeito das questões que a reflexão arendtiana suscita deve atentar, antes, para este elemento como plano de fundo ¹⁷⁸.

No presente texto, propomos analisar o conceito de poder em Arendt e, para tanto, confrontá-lo com seu mais imediato contraponto, na visão dela, a violência. É evidente que, no âmbito das duas grandes guerras mundiais, a violência assume papel de destaque que é, em muitos aspectos, *sui generis*. É verdade, por exemplo, que a história testemunha casos de guerras, de inúmeras mortes e de regimes tirânicos, mas nada na tradição se iguala ao horror do totalitarismo ¹⁷⁹ e nenhuma guerra anterior às duas grandes guerras mundiais do século XX teve meios técnicos à disposição para dizimar

¹⁷⁸ À pergunta de Günter Gaus, em 1964, numa entrevista por ela concedida a uma emissora de televisão da Alemanha Ocidental, sobre que fato marcou sua guinada para a política, Arendt claramente indicou a relação entre seu despertar político e o enfrentamento do totalitarismo nazista: “Eu diria 27 de fevereiro de 1933, o incêndio do Reichstag e as prisões ilegais que se seguiram na mesma noite. A chamada prisão preventiva. Como você sabe, as pessoas foram levadas para os porões da Gestapo ou para campos de concentração. O que aconteceu então foi monstruoso, mas agora ficou obscurecido por coisas que vieram depois. Foi um choque imediato para mim, e daquele momento em diante me senti responsável.” (Arendt, H. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*, p. 34).

¹⁷⁹ A afirmação do ineditismo totalitário, nazismo e stalinismo, é um mote decisivo para a compreensão do pensamento arendtiano, para o qual, por isso, são necessários alguns esclarecimentos. Para ela, a perseguição nazista aos judeus foi sem precedentes porque, sem qualquer consideração ao que os eles tivessem feito e desconsiderando aspectos utilitários decisivos, na condição atípica da guerra, o nazismo fez sacrifícios grandiosos para alimentar a maquinaria de produção de cadáveres dos campos de concentração, numa escala nunca antes vista, contra pessoas que eram vistas como inimigas (inimigo objetivo) simplesmente por conterem certas características determinadas, como judeus, ciganos e homossexuais. O relato de Arendt a Günter Gaus é, neste sentido, esclarecedor: “Você sabe, o que foi decisivo não foi o ano de 1933, pelo menos para mim. O que foi decisivo foi o dia em que soubemos de Auschwitz. [...] Foi em 1943. E no começo a gente não acreditou — embora meu marido e eu sempre disséssemos que a gente podia esperar qualquer coisa daquele bando. Mas a gente não acreditava porque militarmente era desnecessário e gratuito. Meu marido é ex-historiador militar, e entende alguma coisa desses assuntos. Ele dizia: não seja crédula, não leve essas histórias ao pé da letra. Eles não podem chegar a esse ponto! E então, seis meses depois, tivemos de acreditar, porque tínhamos as provas. Esse foi o verdadeiro choque. Antes, dizíamos: bom, existem os inimigos. É plenamente natural. Por que um povo não haveria de ter inimigos? Mas isso era diferente. Foi como se um abismo se escancarasse. [...] Isso não devia ter acontecido. E não me refiro apenas ao número de vítimas. Eu me refiro ao método, à fabricação de cadáveres e assim por diante [...]” (Arendt, H. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*, p. 43).

milhares de corpos e destruir cidades numa facilidade que se equivale a derrubar, de um avião, um artifício criado por cientistas. Neste sentido, o século XX “tornou-se de fato, conforme predissera Lênin, um século de guerras e revoluções. Portanto, um século da violência que atualmente se acredita seja seu denominador comum”¹⁸⁰.

A violência tecnicamente otimizada teve papel de destaque no ambiente político do século XX. Por seu aspecto decisivo, o “denominador comum”, consoante Lênin, deve, por isso mesmo, ser avaliado de forma cuidadosa, mensurando os impactos, desvantagens e, se for o caso, contribuições que trouxe para o domínio da política. Uma primeira consideração que Arendt aponta, neste sentido, é que a violência de Estados-nações utilizada para sujeitar outros povos trouxe a impressão de que poder era equivalente àquela categoria. Para esta suposição, é pertinente perguntar: é a violência capaz de manter o poder por ela mesma? Qual o real papel que desempenha no domínio político?

As questões acima apresentadas objetivam, na esteira de Arendt, apresentar a distinção entre poder, fruto do consenso entre homens que agem e deliberam, e violência, em Arendt, vista como um fenômeno pré-político, negador da política, até, — sendo o primeiro entendido como aquilo que confere legitimidade à política. O que propomos, em suma, é esclarecer o significado do conceito de poder, categoria ofuscada pelo domínio exacerbado da violência no século XX.

Poder *versus* violência

No cenário aterrorizante das duas grandes guerras, como contextualizamos acima, no vórtice da catástrofe, emerge a reflexão arendtiana, um terreno fértil para se discutir questões concernentes à problemática da violência. Ao compreendermos esta noção como plano de fundo, ser-nos-á também possível avaliar na leitura conceitual arendtiana a noção de poder.

¹⁸⁰ Arendt, H. *Da violência*, p. 4.

É no terreno das experiências concretas, de modo geral, que Arendt direciona suas reflexões, e, sob este aspecto, poucas coisas despertaram mais interesse, no século XX, que o potencial destruidor da violência associada às novas técnicas de destruição em massa. Para mensurar devidamente o impacto daquela, começemos com as questões que Arendt mesma apresentou no livro homônimo, que servirão de mote para a condução de nossa argumentação: “pode-se perguntar, tem a violência alguma relação com o poder? Será verdade, segundo proclama Mao Tsé-tung, que ‘o poder brota do cano de uma arma’?”¹⁸¹.

Vendo pelas categorias de meios e fins, pela noção de razão de estado, a violência sempre foi utilizada nos assuntos políticos como uma justificativa, um meio, para um fim superior. Atribui-se comumente a Maquiavel a ideia de que na política é possível operar pelas categorias de meios e fins. Ocasionalmente, numas anotações que Arendt preparou para um curso na Califórnia, em 1955, ela mesma aparentemente sugeriu esta interpretação — “Mas tudo na política regula-se por essa máxima: o fim justifica os meios”¹⁸². Em todo caso, o cenário político do século passado foi de tal maneira inusitado que mesmo esta justificação para ela enfrentaria objeções¹⁸³. É comum, por exemplo, justificar, na política externa, atos violentos como “prolongação da política por outros meios, uma *ultima ratio*”, lembra Arendt. Em todo caso, “uma guerra termonuclear não pode ser considerada uma continuação da política por outros

¹⁸¹ Arendt, H. *Da violência*, p. 9.

¹⁸² (Arendt, H. Notas sobre a política e o estado em Maquiavel, p. 302). Esta, no entanto, parece ser uma leitura apressada de Maquiavel. A afirmação de que os fins justificam os meios é, no âmbito da política, perigosa, porque não apenas instrumentaliza os meios em função dos fins, como assume uma relação de causa e efeito inadequada para o domínio da política; admitir que os fins justificam os meios implica negar o elemento imprevisível da ação, que Maquiavel sabiamente caracterizou como a deusa cega da fortuna. Em todo caso, como se tratam de anotações, não estamos seguros de que esta fosse de fato a interpretação de Arendt. Vale dizer que, em *A condição humana* (2014), ela corretamente aponta o caráter indeterminado da ação apontando a relação entre *virtú* e *fortuna* maquiaveliana. Há dessa forma, dois fortes argumentos que invalidam, no horizonte da política, esta suposição, o elemento imprevisível da ação e o fato de que, no domínio dos assuntos humanos, na relação entre homens, é errônea qualquer relação que suponha o outro como “meio para”, não como um “fim em si mesmo”.

¹⁸³ Sob o horror totalitário do extermínio e da guerra Arendt pontua que “esse próprio fato, de que hoje o que está em jogo na política é a existência nua e crua de todos, [é] o sinal mais evidente da calamidade em que nosso mundo caiu” (Arendt, H. *O que é política?*, p. 77; acréscimo nosso).

meios (de acordo com a fórmula de Clausewitz). Seria um meio de suicídio universal”
184 .

Isto porque, no plano de fundo da primeira guerra mundial, com o desenvolvimento da técnica em proporções que puseram em risco a vida de vencedores e vencidos e, posteriormente, com a segunda guerra, as “fábricas de cadáveres”, na expressão de Arendt, dos campos de concentração, o seu fenecimento com o uso da bomba atômica, com o terror característico dos domínios totalitários nazista e stalinista e o temor que, de resto, sombreou o século XX até o fim da guerra fria, com as potências que despontaram das “guerras quentes”, era urgente a necessidade de uma reflexão política sobre o alcance da técnica na potencialização da violência.

No caso de um conflito em escala mundial, numa guerra como as duas grandes guerras mundiais do século XX, o embate poria em perigo tanto a vida dos vencedores quanto a dos vencidos. Na condição hipotética de uma terceira guerra, esse é o risco que corremos com o desenvolvimento da técnica nas presentes condições. De fato, a tripla articulação entre política, violência e técnica manifesta no uso dos aparatos de destruição, notadamente nos campos de concentração e no uso da bomba atômica, esboça a dificuldade de lidar com a violência no cenário político. Ainda na primeira guerra mundial, Walter Benjamin sabiamente traduziu esta perplexidade:

[...] nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano¹⁸⁵.

As modificações que a técnica impôs ao mundo expuseram, ao desamparo, “o frágil e minúsculo corpo humano”, nas palavras de Benjamin. À luz da leitura do filósofo alemão das mudanças radicais a que o mundo se submeteu podemos dizer que

¹⁸⁴ Arendt, H. *Da violência*, p. 8.

¹⁸⁵ Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, p. 115; grifo nosso.

efetivamente vivemos na civilização da técnica. Nesta civilização, Arendt não nega a importância da técnica, mas não deixa de apontar os riscos do seu potencial destrutivo. É também de Benjamin a noção de que, a partir da primeira guerra mundial, “uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, *sobrepondo-se ao homem*”¹⁸⁶. Isto significa afirmar que não podemos seguramente dizer que controlamos as forças destruidoras que nós mesmos criamos, e cada nova invenção adquire a ambivalente característica de poder redimir ou destruir o próprio criador. Subjaz, neste sentido, à crescente elevação da técnica, a necessidade premente de formular uma reflexão que a acompanhe, pois se a violência figurou como um denominador comum, segundo Lênin, a destruição foi seu corolário, conforme Arendt. Lidar com as forças destrutivas que invocamos é o desafio que se impõe.

Embora diante desse cenário de promoção da violência articulada à técnica e a serviço da dominação, aqui não se trata de uma tentativa de redenção purista das formas de governo, negando a presença da violência em seus domínios; antes, trata-se de uma distinção conceitual necessária, como tantas outras que nossa autora estabelece. Arendt não nega a presença da violência nas formas de governo, nega que, por estar presente, seja ela mesma um artifício político. Quando a violência desponta, defende Arendt, a política é silenciada. Ademais, ao tomá-la como denominador comum da política, o século passado evidenciou os perigos desta associação entre técnica, violência e poder. À política pertencem, segundo ela, os acordos pactuados e as discussões públicas. À dominação pertence a violência muda, não-consensual, imposta. A política é fruto do consenso livre e a violência é, para Arendt, a fórmula da dominação.

A violência corresponde mais adequadamente à mediação entre o homem e o mundo como artifício humano. É violenta, a título de exemplo, a transformação de uma árvore numa mesa, mas é preciso, para as demandas utilitárias da nossa espécie, instrumentalizar a natureza. A história de vida da espécie humana solicita, para a sua conservação, a instrumentalização da natureza, ou mesmo de outras espécies, para a qual a relação entre meios e fins é justificável. Esta mesma relação não pode ser

¹⁸⁶ Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, p. 115; grifo nosso.

transposta para o domínio dos assuntos humanos, da mediação entre homens e homens, apenas.

O problema, no período em que a violência se torna a principal protagonista das questões de governo, é a confusão que se estabelece entre atos violentos e poder. É, neste sentido, necessário pontuar a concepção de poder em Arendt e, para esse ensejo, recordaremos as nossas questões iniciais: “pode-se perguntar, tem a violência alguma relação com o poder? Será verdade, segundo proclama Mao Tsé-tung, que ‘o poder brota do cano de uma arma’?”.

Esta confusão está explicitada nas duas questões acima. Os questionamentos parecem sugerir ambas as categorias como termos correlatos. Em Arendt, por outro lado, é preciso pensar que ocorre exatamente o contrário. Ela é clara ao estabelecer a fronteira conceitual entre os dois campos. Consoante Arendt:

A “violência”, finalmente, como já disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Do ponto de vista fenomenológico, está ela próxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo¹⁸⁷.

No entendimento da autora o conceito de poder antagoniza a noção de violência. O primeiro corresponde à habilidade de formular acordos, diferente da última. Esses acordos se estabelecem no diálogo politicamente articulado, que exclui qualquer tipo de imposição. A violência, de outra forma, é *muda*, isto é, não implica o diálogo, mas a instrumentalização do vigor natural, sendo este o potencial de violência que o corpo, sem artifícios, carrega. Ela, desse modo, não necessita de números e pode ocorrer mesmo sem a mediação de homens, como a confecção de um móvel para a qual é necessária a destruição de uma árvore. Pensando nas nossas interrogações acima, alguém segurando o gatilho de uma arma pode dispersar uma multidão aglomerada. Por outro lado, o poder só existe por meio da pluralidade de pessoas que agem em conjunto

¹⁸⁷ Arendt, H. *Da violência*, p. 27-28.

e é alimentado pelo discurso público. Para Arendt, desse modo, nenhum poder brota do cano de uma arma; deste surge o oposto, a violência.

Segundo ela, o poder corresponde à dimensão de legitimidade da política. A violência é auxiliar potente na dominação, mas o que confere legitimidade às organizações políticas é o assentimento dos pares. Quanto mais pessoas agem e deliberam, mais legítima é a decisão. Mesmo as instituições de Estado, como o parlamento e o judiciário, só se sustentam enquanto conservam o assentimento inicial que as instituiu e institui. Sem este assentimento, instauram-se revoluções ou tiranias. Embora a burocracia destas organizações em grande medida as afaste do poder que as legitima, nunca as distancia completamente. Quando ocorre esta quebra de vínculo é que podemos perceber a relevância do poder para a conservação das instituições políticas.

É importante esclarecer que Arendt refletiu sobre estas considerações, dentre outras coisas, à luz da experiência totalitária do nazismo, que instaurou no seio da humanidade europeia, uma quebra na tradição política ocidental, e dos movimentos de desobediência civil dos anos 1960, eventos que expuseram a fragilidade das instituições políticas e a necessidade de repensar a noção de poder. Nesta perspectiva, segundo Aguiar ¹⁸⁸, “a reflexão sobre o poder, nessa trilha, só faz sentido no interior da sua tentativa de compreender e de encontrar os fios dos acontecimentos que não permitem mais o trançado da tradição”.

A ruptura com a tradição que o totalitarismo executa é expressa, entre outras coisas, no esgarçamento da relação entre poder e legitimidade e na instauração da dominação por meio da expressão mais extremada da violência, o terror. O extermínio dos campos de concentração é, neste sentido, consequência imediata da dominação ilegítima, uma vez que o consenso, o sentimento de ser parte e participante das decisões políticas, é prescindido e obstaculizado na figura monocrática do Líder, que, diferente do tirano de um governo autoritário, governa em função das leis que ele mesmo

¹⁸⁸ Aguiar, O. A. A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt, p. 116.

instaura, figura como porta-voz de leis inexoráveis — da natureza, no nazismo, ou da história, no stalinismo —, das quais ele mesmo se submete.

A violência potencializada no terror totalitário assume tamanha vivacidade nos campos de concentração que se é tentado a pensar todas as formas de poder em termos de uso de técnicas de violência. Em contraposição, para Arendt, o poder nasce da ação em conjunto, e o fato de a violência ter frustrado qualquer tipo de resistência ao totalitarismo ocorreu em função do fenômeno da dispersão do poder. Ela destaca que a marca do totalitarismo é criar “seres supérfluos”, desarticulados, atomizados, incapazes de aglomerar poder, aproveitando-se da apatia política e da indiferença das massas. É neste sentido que Aguiar resume o conceito em Arendt:

Em Arendt, poder relaciona-se à dimensão de legitimidade, autoridade, significação, potência e constituição política. Para ela, o importante era a qualidade da organização da vida comum e não a mera eficácia dos aparelhos estatais. A medida dessa qualidade era a preservação da capacidade de iniciativa, de expressão e de aparição dos membros da comunidade. Mais importante do que a captura burocrático-natural das pessoas, nas malhas governamentais, era o mundo, a cultura, a vida comum que o poder é capaz de fundar. Vale dizer, em nenhum momento, Arendt ensejou discutir e propor modelos para os meandros do poder constituído, governamental, mas visou a resguardar a capacidade de ação em conjunto e de participação efetiva das pessoas na vida pública. Mais importante do que a determinação normativa ou jurídica dos governos e do Estado é, em Arendt, saber a base e a forma sobre a qual está assentado o apoio do povo ao poder constituído. Para Arendt, trata-se de fundar espaços em que o apoio e a constituição do poder não seja naturalizada e burocratizada ¹⁸⁹.

Arendt pensa o poder não como uma forma de sustentar uma teoria do Estado constituído ou justificar a existência de instituições governamentais que, notadamente, conservam poder, como a coexistência independente do executivo, legislativo e judiciário, mas o vê pela dimensão constituinte, como consentimento pré-formativo do poder constituído, que acompanha este mesmo poder enquanto ele conserva sua legitimidade.

¹⁸⁹ Aguiar, O. A. A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt, p. 121.

A existência de instituições que retêm e fortalecem constitutivamente o poder constituinte, como o ordenamento — nem sempre autônomo — dos três poderes, não garante, em condições extremas, sob domínios de tiranias ou de regimes totalitários, que o poder constituinte se configure no poder constituído. O totalitarismo pôde negligenciar o consenso juridicamente pactuado ao negar, ao seu arbítrio, o “direito a ter direitos”, para usar uma expressão da autora, a classes como judeus, ciganos e homossexuais, tudo isso sem desfazer o aparato burocrático das instituições jurídicas.

Arendt não pensa a noção de poder, neste sentido, imediatamente vinculada à defesa destas instituições. A mera existência das instituições jurídicas não garante a autonomia e eficácia dos poderes e, distanciadas do poder constituinte, elas podem apenas funcionar como fachada para ocultar estruturas de dominação e de aparelhamento do Estado. É o que ocorre sempre que organismos como o parlamento e o judiciário operam em função de instâncias econômicas ou quando atuam a serviço de interesses particulares e de governos tirânicos.

É difícil, para não dizer errôneo, imaginar uma teoria do Estado em Arendt. Se partirmos deste ponto, iremos chegar às mesmas conclusões de Habermas a esse respeito, de que Arendt estiliza o modelo político grego, transformando-o em essência do político, e não compreende a complexidade das sociedades modernas, para as quais os imperativos sistêmicos e instrumentalistas da lógica do mercado, por vezes, colonizam o mundo da vida, pautado no agir comunicativo e não instrumental. A esse respeito, diz Habermas:

[...] é porque Arendt estiliza a imagem da *polis* grega, transformando-a na essência do político, que constrói dicotomias conceituais rígidas entre “público” e “privado”, Estado e economia, liberdade e bem-estar, atividade político-prática e produção, não aplicáveis à moderna sociedade burguesa e ao Estado moderno¹⁹⁰.

Sob esta perspectiva, caberia o acréscimo da dicotomia conceitual ora discutida: poder *versus* violência. Mais uma vez, Arendt não nega que os dois conceitos estejam

¹⁹⁰ Habermas, J. *Jürgen Habermas*, p. 109.

presentes nas formas de governo, nega que a violência seja, ela mesma, uma forma de política, ou a continuação da política por outros meios.

É verdade que, em sua forma pura, não instrumental e não violenta, não é possível localizar poder nas democracias contemporâneas. Talvez pudéssemos conceder, não sem hesitação, que na fase áurea da *polis* grega, quando a representação política não era concedida a outrem e eram os próprios interessados que se dirigiam à ágora para deliberarem, houvesse esse poder em sua forma autêntica. Em todo caso, Arendt não busca transpor sua “essência” para o âmbito da política contemporânea; antes, ele figura como parâmetro para avaliar o bom desempenho de um ordenamento político. O desafio é, então, descobrir o máximo de poder que tal ordenamento é capaz de conservar e o mínimo de coerção e imposição que, malgrado, retém.

Uma maneira de perceber essa dimensão do poder como ação em conjunto é nas revoluções. Nelas, a capacidade de iniciativa, de deliberação, de articulação dos indivíduos em função de um interesse comum, assume os mais claros matizes. O poder, nesse caso, é compreendido como *resistência* à estrutura cristalizada do Estado e, assim, não tem vínculo imediato com os aparatos de governo. Na verdade, nesse caso específico, ele é entendido como o poder *contra* o Estado e não *no* Estado.

Isto também não significa que Arendt queira sugerir uma forma de governo com revoluções permanentes. Mesmo os revolucionários, pensa ela, no dia seguinte à revolução, são conservadores, no sentido de quererem preservar a revolução que instituíram na noite anterior. Trata-se de ampliar a participação popular nas decisões, formando conselhos e espaços de deliberação, para além das formas estanques de representação das democracias modernas, onde o poder de fala, em grande medida, resume-se aos tribunais de júri e ao parlamento.

Nenhum governo se mantém pelo mero uso da violência. É quando os homens agem em conjunto que a política se legitima. Soam na mesma tonalidade as três categorias políticas para nossa autora, poder, legitimidade e política. Quando a violência surge o poder acha-se em suspenso e quando o poder aparece a violência deixa a cena. Uma coisa é a violência, que pode ser exercida por uma única pessoa segurando uma arma, como vimos acima, e outra é o poder, que

[...] não é uma qualidade individual, mas de grupos. Sem o concerto, pode haver diretriz governamental, obrigação, mando e terror, mas não ação. A ação política fundamenta-se na liberdade do cidadão e não no seu controle. O apoio livre, articulado em palavras e iniciativas, é o que faz uma forma de governo genuinamente política. Nem a solidão do tirano nem a mudez coletivista são capazes de organizar e sustentar politicamente uma comunidade ¹⁹¹.

É nessa trilha do pensamento arendtiano que é possível pensar a dimensão de legitimidade da política. Espaço público, liberdade, legitimidade e poder são categorias que estão intimamente relacionadas. A política necessita de um espaço público para ser efetivada; e esse mesmo espaço da publicidade deve ser também espaço de liberdade. A pluralidade é também condição para que a política ocorra e se legitime, à medida que o poder que confere legitimidade à política necessita de números. As liberdades de movimento e ação, *lexis* e *praxis*, são origem, sinônimo, e fundamento da política.

Em síntese, pensar o conceito de poder envolve uma multiplicidade de categorias que compreendem o significado da política. É desse modo que, em contraposição às tradicionais interpretações do conceito de liberdade, Arendt o vê como sinônimo de política e como valor de legitimidade. Segundo Adeodato,

[...] de acordo com Arendt, para que se possa falar em legitimidade, e até mesmo na mera existência do poder e do espaço político, é indispensável a liberdade como realidade perceptível no mundo das aparências; uma “liberdade” interna ou simplesmente contemplativa, mesmo que tenha parecido suficiente a muitos, revela-se uma ilusão se não puder se manifestar publicamente ¹⁹².

Ao tratarmos da dicotomia poder *versus* violência, dessa maneira, tentamos avaliar, por meio da noção de poder, um importante viés da compreensão arendtiana sobre significado da política. A definição de poder torna possível compreender a dimensão de legitimidade da política. Isso significa dizer que qualquer forma de organização política necessita de números que assegurem seu funcionamento. A violência pode até ser uma importante ferramenta para dominação, para o terror — o

¹⁹¹ Aguiar, O. A. A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt, p. 123.

¹⁹² Adeodato, J. M. L. O problema da legitimidade do direito: no rastro do pensamento de Hannah Arendt, 165.

totalitarismo muito nos ensinou a esse respeito —, mas ela não pode ser, de forma alguma, um artifício político: quando uma atua o outro deixa o palco.

Sempre que impera a violência a política sai de cena e sempre que a política se efetiva, através do livre diálogo que exclui qualquer coerção, impera apenas o consenso público da melhor opinião, não há violência. O poder carece de números, isto é, da pluralidade, condição fundamental da política, e necessita de um espaço público, um espaço que possibilite a aglomeração — mas não *massa*, uma estrutura, para Arendt, amorfa e, muitas vezes, apática — de pessoas em função de um interesse comum.

Considerações finais

Arendt compreende o poder como dimensão de legitimidade da política, compreensão que exclui a violência da política. Ao proceder dessa forma, ela é algumas vezes acusada de construir dicotomias rígidas, como público e privado, social e político, pouco aplicáveis à política hodierna. Pensamos que, ao distanciar poder e violência, Arendt busque pensar a estatura da política contra as formas de dominação que constantemente se insurgem contra a participação popular efetiva. Não se trata de buscar um governo essencialista, não maculado pela violência, mas de tomar a noção de poder como parâmetro para avaliar o desempenho das democracias contemporâneas.

No âmbito das formas de governo, a tensão entre os dois polos — poder e violência — é constante, o que não significa dizer que seja a violência derivação da política. Esta é, antes, sinônima de dominação, ao passo que o poder opõe-se à coerção pela força bruta e se fortalece pela *lexis* e pela *praxis* da ação conjunta. Quanto mais capaz de conservar poder, participação popular, liberdade de fala e ação, mais legítima é a estrutura política. De outra forma, a violência como denominadora institui formas de dominação tirânicas.

Seguir a trilha do pensamento arendtiano não significa voltar anacronicamente aos gregos e esperar um purismo político, vislumbrar imediata e magicamente um governo que exclua qualquer tipo de coerção. Fortalecer as fronteiras conceituais, longe de essencialidade vazia, esboça a tentativa arendtiana de pensar a estatura da política

contra as formas de dominação constituídas. Erguidas as fronteiras, podemos avaliar se, de fato, determinado ordenamento é ancorado em poder ou violência, política ou dominação, basta avaliar de que lado o pêndulo oscila. Toda organização que mede seu desempenho pelo potencial de dispositivos de controle que possui deve ser submetida à reflexão política crítica, ao passo que pensar estruturas que assegurem espaços de fala e ação é o desafio que se impõe à *praxis* política hodierna.

Referências:

ADEODATO, João Maurício Leitão. *O problema da legitimidade do direito: no rastro do pensamento de Hannah Arendt*. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUIAR, Odilio Alves. *A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt*. Trans/Form/Ação, Marília, v.34, n.1, p.115-130, 2011.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. – 12 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARENDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. *Da violência*. Trad. Maria Claudia Drummond. 2004. Disponível em:

<http://pavio.net/download/textos/ARENDT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf> Acesso: 29 de setembro de 2019.

ARENDT, Hannah. *O que é política?*. Trad. Reinaldo Guarany. 3 ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2002.

ARENDT, Hannah. Notas sobre a política e o Estado em Maquiavel. *Lua nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 297-307, out. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a15n5556.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FREITAG, Barbara & ROUANET, Paulo (Orgs.). Jürgen Habermas. São Paulo: Atica, 1980.